

PAULO FREIRE (1921-2021) E A *PEDAGOGIA DA ESPERANÇA* COMO PRÁTICA LIBERTADORA: A GRANDEZA DE UMA UTOPIA REVOLUCIONÁRIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO¹

Adelaide Ferreira Coutinho²
Luís Flávio Coelho Gonçalves³
Paula Roberta Coutinho Rodrigues⁴

RESUMO

Nesse artigo, dialoga-se com a obra de Paulo Freire, esta que fundamentou o trabalho desenvolvido na Educação do Campo, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no Maranhão. Na realização desse Programa a Pedagogia Libertadora e a Pedagogia dos Movimentos Sociais, particularmente, a desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tornaram-se fundamento metodológico. Assim, o objetivo é explicitar esse legado, particularmente dialogando com a *Pedagogia da Autonomia* de Freire, dedicada aos educadores(as) brasileiros(as). Buscaram-se, ainda, interlocutores de Freire e outros autores, que se dedicaram a explicitar o quão revolucionário era a Pedagogia de Paulo Freire por conceber a educação como prática política libertadora. Considera-se necessário, na comemoração do seu centenário de nascimento, manter vivo o legado de sua obra em defesa da educação pública nacional.

Palavras-chave: Paulo Freire, Educação Libertadora, PRONERA.

1 INTRODUÇÃO

O Patrono da Educação Brasileira, o pensador e educador Paulo Freire, completaria 100 anos, em setembro de 2021. Paulo Freire tornou-se expressão de um pensamento ávido por liberdade e se fez referência na educação brasileira e mundial. Comprometido com os oprimidos e explorados, esse Pensador da Educação brasileira construiu uma Filosofia e uma Teoria do Conhecimento, com grande coerência política, ética e estética, que se tornaram um fundamento para a sua Pedagogia Libertadora.

¹ A comunicação resulta do Trabalho em Projetos de Extensão, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), financiado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em parceria com a Universidade Federal do Maranhão.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Docente/pesquisadora da UFMA. Ex coordenadora do PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA. Integrante do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais do PPGPP/UFMA, adelaide.fcoutinho@gmail.com.

³ Especialista em Arte, Mídia e Educação pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA. Graduado em Design pela Universidade CEUMA; flavio-c-g@hotmail.com.

⁴ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Bacharel em Física. Licenciada em Formação Pedagógica de Docentes para o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano); Ensino Médio e Educação Profissional pela UEMANET; paulapororoca@gmail.com

Freire tinha o mundo real (concreto) como mediador e na Esperança – aquela que não espera – o motor da luta em que construía seu horizonte histórico, educativo e político.

A forma pujante pela qual Paulo Freire constituiu a Pedagogia Libertadora, em suas andanças pelo mundo, teve origem no Recife e chegou ao Chile, aos Estados Unidos, à Europa e à África quando do seu exílio. De volta ao Brasil, após o fim da ditadura militar (1964-1985), continuou sua rica trajetória de posições instigantes “a partir de sua densa interação intelectual com filósofos, sociólogos, educadores, políticos e pensadores [...] até sua crescente aproximação dos intelectuais de esquerda (nos últimos anos de vida dedicou escritos aos movimentos sociais do campo, em especial o MST, tanto aos alunos quanto aos educadores e militantes) e dos quadros teóricos do marxismo” (BEISIEGEL, 2010, p.11, grifos dos autores).

Em Portugal, ano de 1997, um simpósio pretendia reunir especialistas em educação mundial e amigos de Paulo Freire, na Universidade de Lisboa, para homenageá-lo. Paulo Freire não compareceu ao evento, pois, naquele mesmo ano, a notícia de sua morte soou forte e provocaria um grande vazio à educação brasileira e mundial. Em 1998, Michael Apple e António Nóvoa reuniram as comunicações que se fariam naquele Simpósio de 1997, num livro intitulado *Paulo Freire: Política e Pedagogia* (1998), publicado em Portugal. Entre os autores: Torres; Puiggrós; Saul; Pintasilgo e outros (APPLE; NÓVOA, 1988). No Prefácio, feito por Maria de Lourdes Pintasilgo, há um manifesto sobre a Pedagogia Libertadora, tão cara a esse pensador brasileiro. Segundo a autora,

Estamos longe de uma “pedagogia” que apenas fosse uma outra “tecnologia educativa” ou mais um substituto científico para o envolvimento com a fisionomia multifacetada da realidade. Trata-se da pessoa, das relações entre os que socialmente são tidos como ensinando e aprendendo. Se método existe, ele é o resultado de uma vivência e a procura de um caminho de liberdade para cada pessoa. O que Paulo Freire propõe é de facto um *objectivo* político, no mais *exacto* e nobre sentido que a política pode ter: “Educação para a libertação” (1998, p.14).

Mas, fazer uma homenagem a Paulo Freire, através do diálogo com alguns de seus interlocutores e com o seu legado para a Educação do Campo, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)⁵ é, sem dúvida,

⁵ O PRONERA tem como marcos regulatório o seu Manual de Operações; a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 que determina em seu Art. 33. “Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a ser implantado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)” e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de

audacioso, considerando-se a riqueza de sua obra, especialmente na Educação de Jovens e Adultos analfabetos, na qual militou desde os meados da década de 1940. Antecipa-se que nesse percurso teórico, se registrarão passagens relevantes de suas obras, em particular a *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 2004), publicada um ano antes de sua morte. Como o próprio Freire declarava: “uma obra dedicada, inclusive, àqueles que se diziam contrários à vertente de seu pensamento”. Pode-se dizer que Paulo Freire vive! Sua obra imortalizada no mundo inteiro e, até nossos dias, continua incomodando a todos que tentam cercear a “Educação como prática de liberdade” conforme um de seus clássicos livros.

2 LEGADO FREIREANO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Considera-se pertinente e atual adotar a “Pedagogia Política” (1998) de Paulo Freire, como referência para a educação brasileira, particularmente, considerando-se a conjuntura educacional atual, extremamente afetada por práticas neoliberais e autoritarismos crescentes, contexto que requer uma crítica radical dos educadores(as) que visam a transformação social. Nesse aspecto, para Freire (apud SOUZA, 2012, p.8) “Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente, tornando-se cada vez mais intolerável, e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens”.

Nesse ensaio não se pretende trazer elementos de confrontação ideológica ou metodológica acerca da obra de Paulo Freire, mas, sobretudo, afirmar que ele nos instiga a adotar os pressupostos de uma Pedagogia que é progressista, anticapitalista e de movimento em direção à liberdade. Autor de uma Pedagogia de fomento à crítica transformadora, enquanto uma pedagogia da totalidade. Assim, conforme Saviani (2007, p.333), qualquer avaliação a que se chegue sobre Paulo Freire, “é irrecusável o reconhecimento de sua coerência na luta pela educação dos deserdados e oprimidos que, no início do século XXI, no contexto da ‘globalização neoliberal’, compõem a massa crescente dos excluídos. Por isso, seu nome permanecerá como referência de uma pedagogia progressista e de esquerda”.

2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (BRASIL, 2010).

Importa dizer que, considerando-se o embate de projetos na educação brasileira, adotar Paulo Freire como inspiração para uma práxis revolucionária por educadores e educadoras que defendem a educação e escola públicas, não incorre contradições epistemológicas e metodológicas, porque há uma coerência em Freire, tanto metódica quanto do horizonte de sua práxis como realização de um pensar militante, fincado na história real e em permanente movimento. Para Freire (2004), essa atitude política deve exigir do educador a convicção de que a mudança é possível, porque a História para Freire não era inexorabilidade e sim possibilidade, porque “o mundo *não é*. O mundo *está sendo* [...] meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente” (FREIRE, 2004, p.77).

Ressalta-se que são nos espaços de socialização do conhecimento (escolas, universidades, centros de pesquisa etc.) e dos movimentos e organizações sociais populares que se podem contrapor a sociedade capitalista e a educação como mercadoria. Esse espaços de sociabilização do conhecimento são essenciais a que se construam rupturas com a educação bancária, prática educativa contrária à liberdade e ao saber que transforma. Por isso, Paulo Freire (2019) nos ensinou que precisava ser instituída a *Educação como Prática de Liberdade* (FREIRE, 1983), esta somente possível sob o paradigma da *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 2004).

É inegável a centralidade da educação e do conhecimento como construção histórico-social na obra de Paulo Freire, porque ele entendia que estes são produtos de relações sociais humanas (entre classes sociais, gêneros, raças, culturas) de cada lugar e tempos históricos. Reiteradamente ele ensinou que a educação é um ato político e sustentava a tese de que não há docência sem discência, sem rigor metódico e compromisso político (FREIRE, 2004).

Veja-se o que Paulo Freire (2004) afirmou no Livro *Pedagogia da Autonomia*:

Devo deixar claro que, embora seja de meu interesse central considerar neste texto (*Pedagogia da Autonomia*) saberes que me parecem indispensáveis à prática docente de educadores e educadoras críticos, progressistas, alguns deles são igualmente necessários a educadores conservadores. São saberes demandados pela prática educativa em si mesma, qualquer que seja a opção política do educador ou educadora (p.21, 2004, Grifos da Autora)

Assim, independentemente do caráter atribuído à educação e da prática docente progressista ou conservadora, ensinar é uma especificidade humana (FREIRE, 2004). Concorda-se com Saviani (2020) que, a obra de Freire e seu exemplo militante, são

importantes referências para fundamentar as reflexões críticas necessárias aos docentes, em especial nesses tempos autoritarismos e de negação da historicidade dos fenômenos – evidenciando a falácia e a demagogia dos vozeiros e ideólogos liberais e pós-modernos.

Paulo Freire como crítico radical da “malvadeza neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia” (2004, p.14) se destaca entre os grandes pensadores e educadores brasileiros, a exemplo de Caio Prado Junior; Florestan Fernandes; Darcy Ribeiro; Dermeval Saviani, Milton Santos e tantos outros. É esse pertencimento que contribui para se identificar o lado de Freire nessa luta histórica e o porquê de tanta reação à sua obra (em vida e pós). Isso reafirma o porquê da necessidade de se “Conhecer Paulo Freire” que, segundo Apple (1998, p.23), não havia ninguém mais imponente, mais eloquente, mais respeitoso do que Paulo Freire.

Em todas as nações do mundo, há aqueles que reconhecem que a educação não é uma atividade neutra, que está intimamente a múltiplas relações de dominação e subordinação – e, de um modo essencial, às lutas para desconstruir e reconstruir essas relações. Em todas as nações do Mundo há aquelas pessoas que dedicaram as suas vidas a criar novas perspectivas das possibilidades educacionais e novas práticas que as concretizem. (APPLE, 1998, p. 23). Esse era Paulo Freire.

Para Beisiegel (2010) era próprio do estilo de trabalho de Paulo Freire a permanente revisão de suas convicções acerca da realidade, assim, vigorosamente, as antigas preocupações de Freire eram reexaminadas e, casos, até em que ele as reformulava a partir de novas reflexões, do diálogo com colegas, alunos, educadores. É desse movimento entre o pensamento e a realidade concreta que Freire produziu e registrou sua práxis transformadora nos

extensos ensaios sobre a natureza política da educação e sobre a impossibilidade da neutralidade política da educação nas sociedades não igualitárias. Temas recorrentes são, também, o diálogo, a democracia, a conscientização, o multiculturalismo, o voluntarismo, o mecanicismo, o espontaneísmo, o autoritarismo e a presença da ideologia na educação, as massas populares como hospedeiras das ideologias da dominação, os conteúdos do processo educativo, o aprendizado dos conteúdos sempre sob a perspectiva das exigências da libertação, a necessidade da permanente reflexão sobre o que se aprende, para que e a quem interessa o que se aprende [...] (BEISIEGEL, 2010, p.112)

É esse Paulo Freire que se reconhece como fundamental à prática pedagógica – o Educador-Militante – bem distante daquele que foi produzido longe da política, e mais academicista, por “alguns freireanos”, denominação dada por Apple (1998), porque para ele estava em curso uma espécie de “indústria” de Freire, em que aparecem livros,

artigos, eventos, organizações e outros sobre o seu pensamento e que usaram Freire como estratégia de mobilidade social, inclusive, no meio acadêmico (APLLE, 1998), deixando de lado o povo oprimido. Há exceções, sabe-se, e uma destas é a Educação do Campo realizada pelas universidades e movimentos sociais do campo, por meio do PRONERA.

3 “SEMPRE É TEMPO DE APRENDER, SEMPRE É TEMPO DE ENSINAR!”: O PRONERA COMO EXPRESSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Professor Ernani Maria Fiori (2019), em Prefácio à *Pedagogia do Oprimido* afirmou que Paulo Freire era um pensador comprometido com a vida. Para ele, Freire não pensava ideias, pensava a existência. Freire produziu uma Pedagogia Revolucionária, arma para que todos os educadores comprometidos como a educação do povo, pudessem no âmbito de uma “sociedade cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências” servir à libertação.

Há um verso de uma canção do poeta Gilvan Santos que dizia: “*Não vou sair do campo pra poder ir pra escola. Educação do campo é direito e não esmola*” e os versos do poeta popular Zé Pinto, “*Quem é que tem interesse em participar, quem é que se prontifica para ensinar? [...] Sempre é tempo de aprender, sempre é tempo de ensinar*”, que poderiam ter sido escritos por Freire, pela beleza da dialética do ensinar e aprender em qualquer tempo, mas no lugar de origem do educando e do educador, lá onde ele faz cultura e história: o campo. Esse aprendizado ao longo de quase 20 anos de trabalho com a Educação do Campo pelo PRONERA, programa criado em abril de 1998, se constituiu para nós educadores e militantes uma escola de formação política.

Por meio das parcerias instituídas entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/DR-MA), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a Associação em Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão (ASSEMA), o Colégio Universitário de Aplicação (COLUN/UFMA), a Fundação Sôsândrade (FSADU), a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ) e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), testemunhou-se que ensinar e aprender são especificidades humanas, como tão bem nos ensinou Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente* (2004). Obra que foi estudada por

todos os alunos das dez turmas do Curso de Magistério-PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA e pelas quatro turmas do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra-PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA/CCN/ACONERUQ e fundamentou as atividades pedagógicas dos Projetos de Alfabetização e Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os cursos do PRONERA são organizados em regime de alternância, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9.394/1996, cujo Art. 23 prevê que “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos [...]” (BRASIL, 1996). Essa alternância, no PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA/CCN/ACONERUQ se dividia em duas modalidades de estudos: tempo escola (atividades presenciais desenvolvidas no espaço escolar) e tempo comunidade (atividades realizadas nos assentamentos, escolas do campo etc.).

No Maranhão, apesar dos altos índices de pobreza e analfabetismo no campo, as políticas públicas estaduais e municipais de educação não estavam comprometidas em assegurar a educação às áreas de reforma agrária e territórios tradicionais. O paradigma da educação para os povos do campo continuava o da Educação Rural. As escolas do campo, os educadores(as) e os educandos(as), destinatários dessas políticas (ribeirinhos, sem-terra, quilombolas, indígenas, extrativistas etc.) não eram considerados em sua história e cultura de vínculo com a Terra e a Natureza.

Desse modo, o legado educacional do PRONERA tem sido consolidar a educação nesses territórios como política *do e no* campo e, não, *para* o campo. Reconhece-se o trabalho desenvolvido pela Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA/INCRA/DF e da qual participavam as universidades públicas e os movimentos sociais, permitindo que se ampliasse o programa nas diversas regiões do país. Até o ano de 2015, atendera 191,6 mil alunos, por meio de 529 cursos/projetos (BRASIL, 2015), em parceria com as instituições de ensino superior públicas e movimentos sociais do campo.

Hoje, essa política pública está em risco, porém continua a resistência dos educadores e movimentos sociais envolvidos. Mas, Freire (2000) nos alertava que uma das certezas que devemos ter é a de que “mudar é difícil, mas é possível” ou “do direito e dever de mudar o mundo” (2000, p.26). Achar que tal realidade é irrecorrível, que se

deve renunciar à capacidade de criticá-la, de lutar para transformá-la é abrir mão da eticidade de nossa presença no mundo (FREIRE, 2000).

3.1 PRONERA: resistência e luta em defesa da educação pública *do e no campo*

Quando Freire escreveu a *Pedagogia do Oprimido* “aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele”. (Freire, 2019b, p. 43) afirmava que ter consciência da opressão não basta, não é suficiente, porque “reconhecerem-se limitados pela situação concreta de opressão (...) não significa ainda sua libertação (...). Somente superam a contradição em que se acham quando, ao reconhecerem-se oprimidos, se engajam na luta por libertar-se” (idem, pp. 48-49).

A consciência sobre a realidade das sociedades capitalistas, governadas pelos interesses de frações, grupos, classes e nações dominantes, permitiu a Paulo Freire radicalizar seu posicionamento político e, segundo Beisiegel (2010, p.93), ao longo de sua atividade, ficou marcante em Freire “a compreensão dos modos de organização do social, no que respeita à organização da sociedade e, por extensão, às articulações do social com a educação e com os destinos dos homens”. Assim, Paulo Freire se aproximou da bibliografia de orientação marxista que o convencia de que os “antagonismos sociais eram de natureza diversa, e, com os marxistas, passava a enxergar os fundamentos da organização da sociedade na oposição entre as classes” (2010, p.94). No seu caso particular, na oposição entre os ‘opressores’ e os ‘oprimidos’.

Paulo Freire continuaria, até a sua morte, “comprometido com o ideal de aperfeiçoamento do homem e da sociedade criada pelos homens; mas, sob essas novas perspectivas de compreensão do social, entendia, agora, que este aperfeiçoamento seria o produto da atuação libertadora dos ‘oprimidos’” (BEISIEGEL, 2010, p. 95).

Para o PRONERA/MA, Paulo Freire é referência de educação escolar popular, pois, em toda a sua trajetória histórica, jamais negou a importância do saber escolar e, também, jamais fez a defesa de um conhecimento não sistematizado contra o saber sistematizado. Paulo Freire afirmava: Não há docência sem discência, por isso ensinar exige: rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, corporificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição a discriminação, reflexão crítica sobre a prática, o reconhecimento e a assunção da identidade cultural. Ensinar não é transferir conhecimento, porque exige: consciência do inacabado, o reconhecimento de ser condicionado, respeito à autonomia do ser do educando, bom senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos

educadores; apreensão da realidade, alegria e esperança, a convicção de que a mudança é possível, curiosidade. Ensinar é uma especificidade humana que exige: segurança, competência profissional e generosidade, comprometimento, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, liberdade e autoridade, tomada consciente de decisões, saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica, disponibilidade para o diálogo, querer bem aos educandos (FREIRE, 2004, grifos dos autores).

Caldart (2021) nos chama atenção para a importância dessa reflexão sobre as finalidades sociais e políticas da educação porque “são elas que orientam as decisões sobre o que precisa ser afirmado e combatido, preservado e recriado nas práticas educativas concretas de cada tempo e circunstância” (2021, p.1). A Educação do Campo, como Educação Popular, tem como pressuposto: “a reafirmação, para o nosso tempo histórico, da finalidade social da educação [...] formar lutadores e construtores! Para lutar contra tudo que nos sufoca e nos impede uma vida mais plena. Para construir alternativas a uma ordem social que precisa ser transformada radicalmente”.

Sob essa concepção se constituíram as parcerias e equipes para execução do PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA/CCN/ACONERUQ, no Maranhão. Essa nova Pedagogia de Educação *do e no* campo, nascida da luta dos camponeses e povos tradicionais, não podia ter outros pressupostos teórico-metodológicos, assim, a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire contemplou a formação escolar e política daqueles sujeitos do campo - como ponto de partida e de chegada - não como reflexo ou acumulação de conteúdos, mas como direito aos conhecimentos historicamente produzidos pela sociedade. Essa experiência reafirmou em cada educador do PRONERA/MA que um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem ensina, é saber que ao ensinar, também, se aprende e que nessa relação com os assentamentos, povoados, áreas quilombolas, movimentos sociais etc. se forja uma nova pedagogia e “sua *presença* se vá tornando *convivência*, que seu estar no *contexto* vá virando estar com ele.” (FREIRE, 2004, p.76).

Freire dizia que a prática educativa de opção progressista é desveladora por ser uma experiência de desocultação da verdade e fomentadora de Esperança como necessidade ontológica que precisa estar ancorada na prática para poder se tornar concretude histórica. Trata-se de um embate permanente para que a esperança não se torne desesperança, desespero, espera vã. É a análise política séria e correta do educador

que desvelará as possibilidades de mudança, não importarão quantos obstáculos apareçam (FREIRE, 2019a).

4 CONCLUSÃO

É possível afirmar que a “Educação Libertadora” de Freire é representante da grandeza do pensamento revolucionário de muitos educadores brasileiros, cuja concepção de educação está firmada na luta contra a visão mercadológica de educação no sistema do capital. Paulo Freire, “Patrono da Educação Brasileira”, é autor de uma “utopia revolucionária” a Pedagogia Libertadora ou a Filosofia de Educação, tecida sob o ponto de vista da defesa dos “condenados da terra”, dos excluídos, pautada no que chamou de *ética universal do ser humano*, no sentido da necessidade de rigorosidade ética em contraposição a “ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro”. Em níveis nacional e internacional, essa vertente da educação, pode contribuir para que a Educação se contraponha aos reflexos da “nova ordem mundial”, tida para os conservadores como naturais e inevitáveis (FREIRE, 2004). Essa é uma possibilidade apontada por Freire em toda sua obra, portanto, era militante da liberdade bem antes da publicação, em 1996, da *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, livro cujas referências nos convidam às reflexões sobre a ética afrontada pelo sistema do capital:

A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero e de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vive-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles (FREIRE, 2004, p.16).

Nesse sentido, é que se entende que a prática educativa do PRONERA deve ser revolucionária no sentido da coerência que a formação do educador, a sua postura política e sua ética a serviço da liberdade, da transformação social, de assegurar e valorizar a voz dos excluídos e silenciados pelo sistema burguês de educação como mercadoria. E, por isso, Paulo Freire afirmara que “o preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética” (2004, p.16) e lastimava qualquer descompasso entre esses dois termos.

Pode-se concluir com o que Puiggrós denominou de Sistema Pedagógico de Paulo Freire e que para os Latino-Americanos e para o PRONERA/MA contribui para fundamentar alternativas à educação moderna, sob o imperativo do capital. Porque Freire fundamenta-se:

- Numa relação de interioridade entre política e educação;
- Na educação como produto de uma relação histórica e socialmente instituída e, portanto, politicamente mutável;
- Na introdução do conceito de *educação dialógica*, que se opõe à *educação bancária*, indicando que o processo educacional não leva necessariamente à reprodução do poder dominante. (PUIGGRÓS, 1998, p.111)

Ele mesmo se dizia “uma inteireza” que se constituía *com* o outro “porque ninguém pode dizer a palavra, sozinho”. Assim, é a prática educativa libertadora, aquela que contribui para que o ser humano cumpra com a sua vocação ontológica: ser sujeito da história (FREIRE, 2004).

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W.; NÓVOA, Antônio (Org.). **Paulo Freire: política e pedagogia**. Portugal: Porto Editora, 1998, (Coleção Ciências da Educação).

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento: processo histórico e chave metodológica. In: **Grupo de Estudos do MST sobre Reforma Agrária Popular e Educação**, São Paulo, set. 2020, p.1-13. São Paulo, fev. 2021, p.1-13 *online*.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; **Lei nº 11.947**, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>). Acesso em: janeiro de 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; **Decreto nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: janeiro de 2021.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária - Pronera. **II PNERA - Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618_relatorio_ii_pesquisa%20nacional.pdf. Acesso em: janeiro de 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: MANUAL DE OPERAÇÕES**. Brasília-DF, 2016.

FIORI, Ernane Maria. **Prefácio a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

NÓVOA, Antônio. **Paulo Freire (1921-1997)**: a “inteireza” de um pedagogo utópico. In: APPLE, Michael W.; NÓVOA, Antônio (Org.). Paulo Freire: política e pedagogia. Portugal: Porto Editora, 1998, (Coleção Ciências da Educação).

PINTASILGO, Maria de Lourdes. **Prefácio**. In: APPLE, Michael W.; NÓVOA, Antônio (Org.). Paulo Freire: política e pedagogia. Portugal: Porto Editora, 1998, (Coleção Ciências da Educação).

PUIGGRÓS, Adriana. **Paulo Freire e os novos imaginários pedagógicos latino-americanos**. In: APPLE, Michael W.; NÓVOA, Antônio (Org.). Paulo Freire: política e pedagogia. Portugal: Porto Editora, 1998, (Coleção Ciências da Educação).

SAUL, Ana Maria. **A Construção do currículo na teoria e na prática de Paulo Freire**. In: APPLE, Michael W.; NÓVOA, Antônio (Org.). Paulo Freire: política e pedagogia. Portugal: Porto Editora, 1998, (Coleção Ciências da Educação).

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Educação escolar, currículo e sociedade**: o problema da base nacional comum curricular. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da S. Duarte de; ORSO, José Paulino (Orgs.). A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a base nacional comum curricular. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

SOUZA, Ana Inês. **Pensando com Paulo Freire**. Guararema, SP: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2012.

TORRES, Carlos Alberto. **A Pedagogia política de Paulo Freire**. In: APPLE, Michael W.; NÓVOA, Antônio (Org.). Paulo Freire: política e pedagogia. Portugal: Porto Editora, 1998, (Coleção Ciências da Educação).